

# Os “Chineses” da Beira, Moçambique. Itinerários de uma dispersão\*

Lorenzo Macagno

## INTRODUÇÃO

Na famosa viagem que realizou – a convite do ministro de Ultramar Sarmiento Rodrigues – pelas “terras portuguesas” de Ásia e África, Gilberto Freyre se deteve na cidade moçambicana da Beira. Na ocasião, em 1952, nas instalações do chamado “Clube Chinês” (Chee Kung Tong), os dirigentes daquela crescente e ativa comunidade chinesa ouviram com admiração o discurso do escritor brasileiro. Era o momento no qual Gilberto Freyre se afastava, cada vez mais, das inovadoras provocações de *Casa Grande & Senzala* (1953) para abraçar, definitivamente, o credo luso-tropicalista. Certamente, ele jamais imaginaria que seus interlocutores daquele dia – esses “lusos-chineses” e seus filhos – instalar-se-iam no Brasil quase vinte anos após aquele encontro.

Primeiramente, este artigo reconstrói a tênue e paradoxal incorporação dos chineses da Beira à “família lusa”, sobretudo em um contexto no qual, a partir de 1950, Portugal buscou fortalecer seu discurso de “multirracalidade” e tolerância nas chamadas Províncias Ultramarinas. Na segunda parte, trataremos das narrativas de decepção nascidas no contexto da independência de Moçambique, em 1975, quando os chineses tiveram que resignar a possibilidade de um “futuro português” – e moçambicano – para suas vidas “optando” por se dispersarem pelo mundo. Outrora considerados “bons portugueses”, o novo contexto nascido da independência de Moçambique e o final definitivo do Império colonial fizeram com que esses chineses tivessem que tomar o caminho da diáspora. A maioria

\* António Sopa, ex-diretor do Arquivo Histórico de Moçambique, forneceu-me em julho de 2009, em Maputo, uma imensa ajuda para a localização das fontes aqui utilizadas. Agradeço a Kelly Cristiane da Silva pelos seus valiosos comentários à primeira versão deste trabalho, na ocasião do Seminário “África em Movimento”, acontecido em novembro de 2010, em Brasília.



se instalou na cidade de Curitiba; ali desenvolveram suas atividades comerciais e profissionais e fundaram, em 1989, a Associação Cultural Chinesa do Paraná.

\*\*\*

Na segunda metade do século XIX, como consequência do fim do tráfico de escravos, as grandes companhias – e os proprietários das *plantations* – começam a incorporar a força de trabalho chinesa proveniente, sobretudo, da província de Guangdong, no sul da China. Algumas ilhas do Oceano Índico e do Caribe recebem, então, os primeiros *coolies*.<sup>1</sup> É precisamente no ínterim desse processo que a mão de obra chinesa começa a chegar à África Oriental e à África do Sul. Em Moçambique, a maioria dos chineses se instalou na cidade da Beira. Alguns anos mais tarde, a chamada Companhia de Moçambique (1891-1942) recebe a concessão dos territórios de Manica e Sofala, cuja capital era, precisamente, a cidade da Beira.

Os primeiros contingentes de chineses que chegam a Moçambique são, na sua maioria, compostos por pequenos artesãos e carpinteiros; outros se dedicariam à pesca e à horticultura. Ao longo de décadas, numerosas companhias de capital britânico, tais como a South African Timbu, a East African Shipping, a Allen Wack e a The Beira Boating Company, instalaram-se na região, incentivadas pela existência do corredor econômico e comercial entre Rodésia e Beira, cujo porto constituía a única saída ao mar para o país vizinho. Muitos chineses, bem como seus descendentes, empregaram-se nessas filiais.<sup>2</sup> Os filhos daqueles pioneiros, já nascidos em Moçambique, destacaram-se, sobretudo, como comerciantes, donos de restaurantes e “casas de pasto”.<sup>3</sup> Alguns se empregaram como pequenos funcionários da administração colonial, no porto e na alfândega. Mais tarde, os mais bem-sucedidos conseguiriam fazer fortuna, atuando como empresários e construtores.

Muitas das primeiras famílias que chegaram a Moçambique não cortaram seus vínculos com Guangdong ou com a China em geral. Alguns dos filhos e netos dessa primeira geração foram enviados para estudar – ou mesmo para passar um período com parte da família que não pôde se deslocar a Moçambique – em Macau e Hong Kong. Já na década de 30, os violentos ataques japoneses às

<sup>1</sup> O termo “coolie” provavelmente deriva do hindi “quli”, cujo significado é trabalhador sazonal. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o termo foi utilizado para nomear os trabalhadores de baixo status, provenientes da Ásia e da Índia. Com o tempo, foi assumindo o viés de um epíteto racial.

<sup>2</sup> Estas companhias ofereciam bastante estabilidade econômica aos seus funcionários chineses, pagando-lhes geralmente em escudos, libras esterlinas e ouro (Informação pessoal de A. Y., New York, 28/05/2010).

<sup>3</sup> No Moçambique colonial, este era o termo utilizado para se referir aos locais onde os africanos faziam suas refeições.





aldeias de Guangdong, durante a guerra sino-japonesa, fizeram com que aqueles que ainda esperavam retornar à China mudassem definitivamente de ideia. Assim, a África passou a ser um destino definitivo.

Vale a pena lembrar que a história da província de Guangdong está intimamente relacionada ao tortuoso processo de construção do nacionalismo chinês que, por sua vez, teve profundas repercussões entre as comunidades chinesas do ultramar. Em 1895, após formar a Sociedade para a Refundação da China, Sun Yat Sen decide que a província de Guangdong seria o ponto de partida das atividades revolucionárias. O papel que as associações chinesas tiveram no exterior seria fundamental na promoção da causa republicana. A principal destas associações – com filiais em vários continentes – era a Chee Kung Tong, cujos códigos e práticas associativas respondiam aos princípios da maçonaria. Suas origens remontam ao século XVIII, quando seus associados pretendiam conspirar contra a dinastia Ching, ligada aos Manchu. A partir do século XIX, as filiais da Chee Kung Tong se estendem por todo o Sudeste asiático, América, Canadá, Austrália, África do Sul e, como veremos, Moçambique.

#### ASSOCIATIVISMO E DESPORTO

O que poderíamos chamar de a pré-história do Clube Atlético Chinês remonta à primeira metade da década de 20, quando é criada, na cidade da Beira, a associação Chee Kung Tong Club que respondia, no ultramar, às mencionadas lealdades republicanas e nacionalistas inspiradas em Sun Yat Sen. Seus estatutos foram legalmente aprovados em 22 de fevereiro de 1923, pela Ordem nº 4.449 do Governo do Território da Companhia de Moçambique. Conforme essa normativa, a Chee Kung Tong era considerada uma associação beneficente e de instrução, cuja finalidade era promover o bem-estar moral e material da comunidade chinesa. A partir da década de 30, ela passa a ser classificada, em virtude da reforma administrativa do ultramar, como “corporação administrativa”. No final de 1923, a associação consegue finalizar a construção da sua sede: tratava-se de um importante edifício situado na “baixa”, que seria popularmente conhecido como Clube Chinês.

Em 1943, o Chee Kung Tong Club (Clube Chinês) solicitou à Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Beira a autorização para fazer uso de dois terrenos situados nas suas adjacências, com o objetivo de criar um espaço para a prática de “exercícios físicos e desporto”.<sup>4</sup> A autorização, ainda que em

4 AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, Assuntos Municipais e dos seus Organismos Autônomos, Actas 1942-1944, cx 92 – Acta nº 55, Sessão Ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Beira de 23 de Dezembro de 1943, p. 4.





caráter temporário, foi concedida. Nessa época, o Chee Kung Tong Club já era considerado uma instituição de “beneficência, recreio, educação e instrução da comunidade chinesa” residente na Beira. Em 1944, a partir de uma licitação pública, a instituição consegue os terrenos de forma definitiva. Ali se construiria, no início dos anos 50, a Escola Chinesa e uma quadra de basquete.<sup>5</sup> Portanto, do núcleo inicial conformado pelo Chee Kung Tong Club surgiram, em virtude da aquisição desses novos terrenos, outras duas instituições igualmente importantes: a Escola Chinesa e o Clube Atlético Chinês (Tung Hua Athletic Club).

Um dos principais dirigentes envolvidos em todo esse processo foi Eginwo Shung Chin – falecido em julho de 1962 aos 67 anos – e pai de João Ping (este último foi um dos primeiros jogadores de basquete da equipe masculina do Atlético Chinês). Esta família possuía um dos mais importantes estúdios de fotografia na cidade da Beira: o Foto Estúdio. A família era proprietária, também, de uma fazenda em Massaqueece, perto da fronteira com a Rodésia. No final de 1940, os velhos fundadores do Chee Kung Tong começam, gradualmente, a deixar espaços para as novas gerações de jovens empreendedores. Serão estes jovens os que, nos anos 50, levarão adiante a Escola Chinesa e o Tung Hua Athletic Club (Clube Atlético Chinês). Contudo, até pelo menos o final dos anos 40, o Chee Kung Tong continuou sendo o único interlocutor institucional da comunidade chinesa diante da administração colonial.

Quando, após a definitiva aquisição dos terrenos, em julho de 1947, estes jovens solicitam à administração a aprovação dos estatutos de um novo Clube (o já mencionado Tung Hua Athletic Club), tal solicitação é rejeitada sob o argumento de que “[...] A colônia chinesa já possui há muitos anos nesta cidade um clube denominado Chee Kung Tong Club [...] e dos seus estatutos consta que os mesmos se podem dedicar à prática de jogos desportivos [...]” (*apud* Medeiros, 1998, p. 30). Ou seja, tudo indica que, no mínimo nos primórdios, o Tung Hua Athletic Club (Clube Atlético Chinês) precisou do apoio institucional do Chee Kung Tong que era, pelo menos até esse momento, a única instituição da comunidade chinesa reconhecida pela administração.<sup>6</sup>

Ao longo das décadas de 50 e 60, o Clube Atlético Chinês manterá uma intensa atividade desportiva e associativa, até que entre 1974 e 1975 – por motivos

<sup>5</sup> Tratava-se do talão nº 223. Na licitação pública participaram também o particular Augusto Ramos de Pádua e a firma Ebrahim Noormahomed & Irmãos. A base da licitação foi de 6.025\$00 e o Chee Kung Tong Club ofereceu 6.424\$00. AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, Assuntos Municipais e dos seus Organismos Autónomos, Actas, 1942-1944, cx. 92 – Acta nº 17, Sessão Ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Beira de 20 de Abril de 1944, p. 22.

<sup>6</sup> Informação confirmada a partir de entrevista realizada com o senhor N. H. em Curitiba (Brasil), em 12 de abril de 2011. O senhor N. H., 83 anos, é um dos membros mais antigos da “diáspora” de chineses beirenses que mora no Brasil.



que analisaremos de maneira breve no final – os “lusos-chineses”<sup>7</sup> começam a sair do país. Kwin Yin foi, em 1952, um dos primeiros presidentes da Associação Chinesa e do Clube Atlético Chinês. Posteriormente, a presidência do Atlético seria assumida por Chin Yok Chong – mais conhecido como Chong. Após o seu falecimento em virtude de uma grave doença, o Atlético Chinês passa a ser presidido por José Sousa Low e, finalmente, por Poo Quin, no início dos anos 70.<sup>8</sup>

Convém recordar que o basquetebol não foi o único esporte praticado pelos chineses da Beira. Nessa época (1950-1960), muitos também se dedicavam ao tênis de mesa, ao *badminton* e às artes marciais. Alguns, inclusive, chegaram a fazer suas incursões como jogadores de futebol em alguns dos clubes locais. Porém, foi através do basquetebol que os chineses ganharam notoriedade. Não sabemos exatamente o porquê da eleição deste desporto; tampouco conhecemos o motivo da iniciativa de construir, junto ao Clube Chinês, uma quadra de basquetebol. É possível que essa decisão estivesse relacionada com os intensos vínculos pessoais, associativos e políticos que os chineses beirenses mantinham com seus pares da Rodésia e da África do Sul, onde também existiam associações, clubes e escolas semelhantes aos da Beira. Em Johannesburg, por exemplo, a comunidade chinesa tinha conseguido construir uma quadra de basquetebol próxima das instalações da Overseas Chinese School, também conhecida como Johannesburg Chinese School. Em 1939, seus pupilos – graças às iniciativas de Fok Yu Kam e Leong Pak Seong – conseguiram formar uma equipe, chamada “629”, que chegou a jogar contra a equipe de Pretória (YAP & LEONG MAN, 1996, p. 290). A partir de 1950, as disposições segregacionistas do “Group Areas and the Reservation of Separate Amenities” impediu que chineses da África do Sul participassem de torneios com outros – na linguagem do *apartheid* – “grupos raciais”. Nesse momento, e para neutralizar o ostracismo provocado por tal medida segregacionista, o Atlético Chinês, junto com os seus pares da África do Sul e da Federação da Rodésia e Niassalândia passaram a organizar torneios regionais de basquetebol. Assim, os chineses da Beira começaram a viajar com mais frequência a Salisbury, Pretória e Johannesburg.

<sup>7</sup> Nas fontes coloniais, os membros deste grupo são nomeados, em geral, “chineses”, e em outras ocasiões, “súbditos chineses”. Mas tem aparecido, em alguns casos, o termo “lusos-chinês” para se referir aos membros desta categoria. Nos censos coloniais, são classificados como “amarelos”. Eduardo Medeiros, no seu trabalho pioneiro (s/d) – infelizmente ainda pouco divulgado – prefere falar em termos de “sino-moçambicanos”. A categoria nativa, ou seja, aquela usada pelos próprios chineses da Beira nas suas conversas íntimas é a de “bei-la yan”, que em cantonês significa “pessoas da Beira” ou, simplesmente, “beirenses”. Ao longo deste trabalho usarei uma combinação das duas categorias nativas – a do “colonizador” – que enfatiza o aspecto etnonacional (chinês) – e a dos próprios “chineses” – que enfatizam o local de nascimento, ou seja, Beira. Portanto, eu me referirei a eles como “chineses da Beira”. No caso de utilizar a nomeação “lusos-chineses” ou “sino-moçambicanos”, fá-lo-ei, sempre, entre aspas.

<sup>8</sup> Curitiba, entrevistas com K.V.Q., 2006-2009.



## UMA CONSTRUÇÃO COLONIAL DA SIMPATIA

Entre 1950 e 1960, os jornais *Notícias da Beira* e *Diário de Moçambique* começam a retratar, cada vez com mais atenção, acontecimentos relacionados à comunidade chinesa: eventos desportivos, reuniões com autoridades locais, festividades, bem como entrevistas e obituários. Estas matérias jornalísticas encontram-se perpassadas por um tom celebratório e adulator. Aprendendo a ocupar “seu lugar” e colaborando prestimosamente com a sociedade beirense, estes chineses se tornariam, aos olhos dos seus adutores, “bons portugueses” e “simpáticos” cidadãos.

Tomemos, a título de exemplo, o obituário publicado em 1958, sobre o falecimento de Mon Man, dirigente da Associação Chinesa e da Escola Chinesa:

Após prolongado sofrimento, faleceu ontem na Casa de Saúde o velho colono Mon Man. O extinto que era natural de Toi Shan – Cantão – contava 66 anos de idade, 42 dos quais passados na nossa cidade onde era comerciante. Desempenhava ainda as funções de Vice-presidente da Associação Chinesa, onde também tinha sido presidente, sendo grande obreiro da nova Escola daquela simpática Associação.<sup>9</sup>

Nesta nota de “reconhecimento”, dos aspectos que mais sobressaem é, talvez, o uso do adjetivo “simpática” para se referir à Associação Chinesa. Este tipo de enunciado – de imputação de simpatia – não constituía uma elaboração isolada. Ao contrário, era parte de uma narrativa tardo-colonial mais ampla, na qual adulação em relação, pelo menos aos potenciais aliados, constituía um traço onipresente. Como uma espécie de ritual de reconhecimento público que se desenrola ao longo dos artigos jornalísticos dedicados à comunidade chinesa, é possível identificar tais narrativas de compatibilidade e afinidade.

Em outra ocasião, o alvo de atribuição de simpatia foi a Associação da Juventude Católica Chinesa da Beira. O jornalista ressalta os valores de “elevação”, “simplicidade” e “alegria” em torno daquele grupo. Tratava-se da comemoração do quarto aniversário da associação. O jornal comentava:

Comemorando o quarto aniversário da sua fundação e em honra de sua Padroeira Nossa Senhora da Conceição, a Associação da Juventude Católica Chinesa da Beira levou a efeito, no salão do edifício da

<sup>9</sup> “Necrologia: Mon Man”, *Diário de Moçambique*, Beira, 2 de setembro de 1958, p. 7.





Acção Católica, uma interessante festa, que decorreu num ambiente de muita elevação, simplicidade e alegria. Eram 15 horas quando o presidente da Associação, Luis Chin, tomou a palavra para saudar todos os presentes, dar a razão de ser da festa e agradecer a quantos têm dedicado a sua atenção e carinho a esta jovem mas prestimosa e simpática agremiação, destinada a unir, amparar e estimular os jovens cristãos chineses da Beira.<sup>10</sup>

Ao atributo de “simpática” agrega-se, na nota citada, o de “jovem” e “prestimosa”.

Contudo, foi sem dúvida no âmbito da prática do desporto – e mais especificamente em torno do crescente protagonismo que os chineses da Beira adquiriram como basquetebolistas – que o adjetivo de “simpáticos” mais se expandiu e se reproduziu. Já em 1960, quando a equipe feminina de basquetebol ganhou o campeonato da Beira, o jornalista que cobriu o evento qualificou a equipe como “campeã da simpatia”.<sup>11</sup> Na sua dinâmica classificatória de atribuição de um caráter, um ethos, ou um “estilo”, o termo iria se tornando uma espécie de operador étnico recorrente para se referir aos chineses beirenses como um todo.

Em 1954, Agostinho de Campos, jornalista do *Diário de Moçambique*, fez uma longa entrevista com o “avançado direito” do Atlético Chinês, João Ping (ou John Ping). Naquela época, João Ping contava apenas 22 anos, mas perfilava como uma grande individualidade de sua equipe. Na entrevista, acompanhada também por uma fotografia, o jornalista se referia a João Ping como “O jogador Nº 4 do simpático Atlético”.<sup>12</sup>

Mas antes disso, por volta de 1953, o *Diário de Moçambique* começa a publicar periodicamente uma seção dedicada às equipes de basquetebol da Beira, intitulada “Galeria dos Campeões”. Por ali desfilariam a equipe masculina de “honras” do Atlético Chinês (ou seja, a equipe principal), bem como as equipes femininas e *juniores*. O título que acompanha a nota sobre a equipe masculina não poupava elogios: “Esta é a nossa melhor equipa de basquetebol: O Atlético Chinês”. O grupo é apresentado como “consciente” e “simpático”.<sup>13</sup> Quase duas semanas mais tarde, chegou a vez de prestar homenagem à equipe júnior do Atlético. Uma vez mais, as “Duas palavras” da nota de apresentação

<sup>10</sup> “A Associação da Juventude Católica Chinesa em festa”, *Diário de Moçambique*, Beira, 10 de dezembro de 1958, p. 9.

<sup>11</sup> “Basquetebol. O Sporting em honras e A. Chinês em femininos são os novos campeões da Beira”, *Notícias da Beira*, fevereiro de 1960.

<sup>12</sup> “Ouvindo um ás. John Ping. Um nome que é uma legenda do nosso basquetebol”, *Diário de Moçambique*, Beira, 15 de março de 1954, p. 6.

<sup>13</sup> “Galeria dos Campeões. Esta é a nossa melhor equipa de basquetebol: O Atlético Chinês”, *Diário de Moçambique*, Beira, 9 de abril de 1953.



se iniciam com a categoria de adulação, já tantas vezes repetida: “A equipa de juniores do simpático Atlético Chinês é, sem sombra de qualquer dúvida, uma turma de futuro”.<sup>14</sup>

Poucos dias depois, o mesmo jornal realiza uma homenagem à equipe feminina do Atlético. Nessa ocasião, os membros foram qualificados como “briosos”, “aprumados” e “bons esportistas”. O atributo da “simpatia” também voltou a aparecer. Desta vez, o termo aparece três vezes ao longo do mesmo texto, uma para se referir ao Atlético como um todo, e outras duas para descrever a sua capitã: Julieta Yee.<sup>15</sup> Quase um ano depois, o *Diário de Moçambique* dedicaria uma reportagem completa à Julieta Yee que, atualmente, mora em Curitiba. O primeiro atributo que o título da nota anuncia para se referir a esta desportista é “simpatia”. Na continuação, no final da primeira coluna, podemos ler: “É evidente que, para os desportistas locais, a sonância deste nome é familiar, Julieta Yee, gentil capitã da mui simpática turma de basquetebol do Atlético Chinês...”. Mais adiante, o entrevistador descreve o contexto e o momento em que se deu a entrevista – o intervalo de um treino – e acrescenta: “Agora já toda a turma deixou o treino. Em nosso redor o grupo é maior. Trocam-se impressões. Há uma sincera boa disposição. São simpáticas – extremamente simpáticas – as jovens do Atlético Chinês”.<sup>16</sup>

Entre o final de 1950 e o início de 1960, alguns jogadores e jogadoras do Atlético Chinês começam a ter um destaque nacional. Houve, inclusive, quem continuasse, a convite de dirigentes de clubes portugueses, a sua carreira no basquetebol profissional na Metrópole. Foi o caso de Quen Gui que, em 1964, é contratado para jogar no clube Associação Acadêmica, de Coimbra. Tempos depois, em plena “guerra colonial”, é mobilizado para defender a bandeira portuguesa. Assim, permanece entre 1972 e 1974 atuando como *furriel* do exército na província de Tete, uma das regiões de Moçambique onde a guerra contra a FRELIMO se desenvolvia com mais intensidade. Quen Gui participou em numerosos campeonatos nacionais em Portugal e, ainda hoje, é lembrado como uma das grandes figuras históricas da Acadêmica.

O contexto de elaboração das narrativas jornalísticas acima referidas coincide com o momento no qual Portugal pretendia mostrar à comunidade internacional uma singular vocação ultramarina. Esta posição se radicalizou quando, diante das pressões descolonizadoras externas, Portugal esgrime o argumento

<sup>14</sup> “Galeria dos campeões. Eis um combinado do futuro: Os juniores do Atlético Chinês”, *Diário de Moçambique*, Beira, 24 de abril de 1953, p. 4.

<sup>15</sup> “Valores do Desporto Beirense. O grupo feminino do Atlético Chinês”, *Diário de Moçambique*, Beira, 28 de abril de 1953, p. 4.

<sup>16</sup> “Uma simpatia, uma esportista e um valor são atributos de Julieta Yee, capitã do “cinco” de basquetebol do Atlético Chinês”, AHM, *Diário de Moçambique*, Beira, 24 de janeiro de 1954.





da suposta existência de uma irreversível conexão emocional entre Metrópole e colônias. Tratava-se de uma espécie de “política colonial dos sentimentos” que bebia, com entusiasmo, das fontes lusotropicalistas criadas por Gilberto Freyre: “Somos pobres materialmente, mas ricos de espírito”, ou “Somos um país pequeno, mas o nosso coração é grande”, rezavam alguns dos *slogans* preferidos da época. Em grande medida, esta dimensão da emocionalidade permite abordar, de forma singular, os processos de construção do Outro – como um “próximo-distante” – e como um virtual membro da “família” lusa.

No caso dos chineses da Beira, seu talento para exercer o papel de “bons portugueses” residia também em outros dois bons atributos igualmente valiosos para a administração colonial. Primeiramente, tratava-se de uma comunidade que descendia dos velhos opositores republicanos, mais tarde contrários ao regime de Mao Tse Tung. Situavam-se, portanto, nas antípodas da “ameaça comunista”. Em segundo lugar, o *habitus* dos chineses beirenses – e seu *ethos* sempre orientado para a ascensão social e econômica – acomodou-se sem inconvenientes às investidas modernizadoras da administração portuguesa desse período. Ao mesmo tempo, o exercício dessa modernidade não contradizia a lembrança – em certas festividades públicas – de uma herança civilizacional milenar – como, por exemplo, a comemoração, na Beira, do Ano Novo chinês. A evocação ritual desta data – bem como de outras celebrações – fazia com que ela se tornasse etnicamente inofensiva às pretensões assimiladoras de Portugal; tratava-se, certamente, de um “retorno”, meramente festivo, à China. No entanto, a incorporação simbólica desse passado não destoava do ideal civilizatório português perpassado, muitas vezes, por uma admiração orientalista singular. Ambos os universos “civilizatórios”, longe de se anularem, podiam se admirar e se reconhecer reciprocamente.

#### A VISITA DE GILBERTO FREYRE

Tal como anunciamos na introdução, em 1952, o inventor da doutrina lusotropicalista – Gilberto Freyre – visitou, na Beira, os “lusos-chineses”. A visita era parte de uma viagem maior que o escritor brasileiro realizava por várias Províncias Ultramarinas, como motivo de um convite que lhe fora concedido pelo, na altura, ministro de Ultramar Sarmento Rodrigues. O lugar do encontro de Gilberto Freyre com os “lusos-chineses” foi, precisamente, o Chee Kung Tong Club, ou seja, o velho edifício construído pelos chineses da Beira em 1923. Ali, na presença do governador de Manica e Sofala e de várias autoridades locais, o presidente da Associação Chinesa, Shung Chin, apresentou as boas-vindas a Gilberto Freyre nos seguintes termos:





Nós, os chineses, emigramos para esta cidade da Beira, já lá vão 50 anos, na luta pela vida. Com o nosso trabalho árduo mas paciente, com o espírito de observar as leis e ganhar amizades, gozando da boa administração do Governo Português, de direitos e de liberdades, onde não tem lugar a injusta distinção de raças ou de cores, esforçamo-nos sempre pelo desenvolvimento e progresso desta terra, julgando ter sido grande a nossa contribuição. Assim foi no passado, assim é agora e assim será também no futuro (SHUNG CHIN, 1953, p. 336).

Aquelas eram palavras que, sem dúvida, buscavam agradar não apenas o visitante circunstancial – neste caso, Gilberto Freyre – senão também as autoridades coloniais ali presentes. Nesse discurso, o presidente da Associação Chinesa buscou, sobretudo, passar uma imagem de boa consciência e compromisso por parte dos chineses com o futuro de Portugal em Moçambique. O tom assumido corroborava, mais uma vez, os esforços dos membros da comunidade chinesa para se tornarem obedientes cidadãos e bons “portugueses”. Na sequência, o presidente da Associação Chinesa aproveitou o momento para sensibilizar os seus interlocutores acerca do projeto de construção, junto às instalações do Club Chinês (Chee Kung Tong), da Escola Chinesa. Indiretamente, naquele relato se veiculam as estatísticas que a comunidade chinesa da Beira possuía, em 1952, a respeito aos seus próprios membros:

Nesta cidade contamos mais de duzentas e tal crianças, em idade escolar. Precisamos de levantar um edifício escolar conveniente, onde os nossos filhos possam, a par da cultura chinesa, auferir os benefícios da educação portuguesa. As obras desta Escola já consumiram para cima de dois mil contos, sendo necessários outros mil e tal, para que fiquem concluídas. A obra é grandiosa, mas necessária. Contudo não deixa de ser um compromisso pesado para cento e tal famílias, ou seja, oitocentas pessoas, pouco mais ou menos, das quais muitas vivem do seu trabalho e labutam com bastantes dificuldades... Amamos o amor, a concórdia e a fraternidade dos povos entre si, bem como entre os indivíduos. Para isto, porém, são indispensáveis a instrução e a educação. E porque sabemos que estas coisas interessam ao Sr. Dr. Gilberto Freyre, a elas nos referimos, como fator de progresso e de desenvolvimento cultural desta progressiva cidade da Beira (SHUNG CHIN, 1953, p. 337).





Apesar da realidade do trabalho compulsório e da persistência do *Regime de Indigenato*, Gilberto Freyre insistia, na época, em anunciar para o mundo a suposta “singularidade” portuguesa. É claro que, em face do triunfo do Partido Nacional na África do Sul, em 1948, e o conseqüente início do *apartheid*, o discurso lusotropical conseguiria, ao menos durante alguns anos, manter sua eficácia. Não devemos esquecer que, nesse momento, a UNESCO se disponibilizava a realizar – junto com vários sociólogos e antropólogos dos Estados Unidos e do Brasil – um grande projeto de pesquisa sobre “relações raciais” no Brasil. Diante do trauma do genocídio na Europa de pós-guerra e da continuidade da segregação racial nos Estados Unidos, as pesquisas da UNESCO buscavam testar, no “terreno”, os alcances e os limites da invenção lusotropicalista.<sup>17</sup>

De qualquer forma, o auge da narrativa lusotropicalista se daria um pouco mais tarde, entre o final de 1950 e o início de 1960. Em 1947, a Independência da Índia, o posterior auge do nacionalismo pan-arabista e o crescente movimento “afro-asiático” (cujo antecedente marcante é a conferência de Bandung) colocam Portugal em alerta. Efetivamente, mais tarde, Portugal acabaria perdendo Goa e os “indianos” de Moçambique passariam a ser considerados inimigos. Na década de 50, um novo “perigo” se soma à ameaça desnacionalizadora asiática: a iminente influência do mundo árabe-muçulmano nos processos de emancipação colonial. Portugal tenta reagir. Em 1961, e em face das pressões internacionais, o Regime de *Indigenato* que separava juridicamente “indígenas” de “assimilados” é abolido. Com essa medida, ao menos nos papéis, todos os habitantes das chamadas *Províncias Ultramarinas* passam a ser cidadãos portugueses.

É nesse período que o lusotropicalismo de Gilberto Freyre faz sua entrada triunfal. O promotor da incorporação das ideias de Freyre à imaginação colonial de Portugal foi o ministro de Ultramar Adriano Moreira – especialista em direito internacional, redator do referido decreto de abolição do *Indigenato* e professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Porém, um antecedente notável da invenção lusotropicalista encontra-se nos discursos que Gilberto Freyre pronunciou ao longo da já referida viagem pelas Províncias Ultramarinas, na década de 50. Naquele seu encontro com os “lusos-chineses” na Beira, Gilberto Freyre agradeceu a hospitalidade recebida no Chee Kong Tong com um indubitável tom lusotropicalista:

Deve haver alguma coisa de semelhante entre o Brasil e a velha mas sempre moça civilização chinesa, com a qual os portugueses

<sup>17</sup> Sobre esta questão, ver os trabalhos de MAIO, Marcos Chor: Tempo controverso. Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. *Tempo Social. Revista de Sociologia*, USP, 11 (1), p. 111-136, 1999; O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41), p. 141-158, 1999.





estabeleceram, em Macau, profunda aliança, baseada não na força, mas no amor fraternal, não no poder imperial de uns sobre outros, mas na compreensão recíproca. Deve haver alguma coisa de semelhante entre a China por assim dizer eterna e o jovem e ainda verde Brasil... Folgo de encontrar-vos nesta antiga e histórica província lusitana, em relações da mais amorosa compreensão com a gente e a cultura portuguesas. E agradeço as homenagens, a cordialidade, o carinho com que recebeis aqui um brasileiro: um filho da chamada “China da América” (FREYRE, 1953, p. 240).

“Amamos o amor, a concórdia e a fraternidade dos povos”, dizia o presidente da comunidade chinesa no seu discurso. Entretanto, Gilberto Freyre insistiria nesse “amor fraternal” que teria caracterizado a relação entre portugueses e chineses em Macau. Para além de uma espécie de “construção colonial da simpatia”, o lusotropicalismo assume aqui – evocando o trabalho de Christian Geffray (1997) – a forma de um “discurso do amor na servidão”. Sem dúvida, naquela época, Gilberto Freyre não imaginaria que, quase vinte anos depois, muitos desses “lusos-chineses” e seus filhos se instalariam no Brasil.<sup>18</sup> O destino seria uma cidade do sul do Brasil que muitos chineses beirenses passariam a reconhecer como uma “segunda Beira”: Curitiba.

#### AS VÉSPERAS DA GUERRA

“Jovens”, “prestimosos”, “conscientes”, “briosos”, “aprumados”, “bons esportistas”, “ordeiros”, “trabalhadores”, “disciplinados” e, sobretudo, “simpáticos”. Estes adjetivos são os que aparecem com mais frequência nas crônicas jornalísticas de 1950 e 1960. Eles funcionam como categorias de adulação e, portanto, como formas classificatórias e criadoras de sentido. A comunidade chinesa da Beira passava a existir através desse sistema de adulação. O desporto foi, para os cronistas da época, uma espécie de mapa, no qual era possível ler e interpretar o “caráter”, o modo de ser, o *ethos* dos chineses. Estas narrativas de afinidade não se produziram num ambiente político neutro. Tratava-se de um período no qual Portugal radicalizava seu discurso “multirracista”, num contexto de pressões internacionais crescentes para pôr fim à presença colonial

<sup>18</sup> Alguns anos depois daquele seu encontro com os chineses da Beira, Gilberto Freyre publica, em 1959, um ensaio intitulado “Por que China Tropical?”, no qual reforçava a busca de compatibilidades entre “Oriente” e o “mundo português”, desta vez buscando analogias entre a civilização chinesa e o Brasil – a “China Tropical” – duas Chinas “[...] cuja presença no mundo moderno tende a tornar-se cada vez mais significativa” (2003, p. 228). O ensaio tinha sido publicado originalmente em inglês, no livro *New World in the tropics*. Em 2003 foi republicado – em português – no volume *China Tropical*, editado pela UnB.





nas suas Províncias Ultramarinas. Mas, ao mesmo tempo, era um momento no qual os jovens da comunidade chinesa aderiam, cada vez mais, às causas da Igreja Católica local.

A diocese católica da Beira foi criada em 1943. Como bem menciona Eduardo Medeiros,<sup>19</sup> na década de 50 muitos jovens “lusos-chineses” converteram-se ao catolicismo. Ao que parece, os dois motivos mais importantes que favoreceram essas conversões foram: 1. O elevado número de crianças chinesas que passou a frequentar o ensino oficial português, no qual a educação moral e cívica era obrigatória; 2. A atuação, no seio da comunidade, de um sacerdote português que falava o cantonês e possuía alguns fundamentos da cultura chinesa.<sup>20</sup> Assim, em 1954, um grupo de jovens funda a Associação Católica de Jovens Chineses, graças à intervenção do padre Serafin Bruno Amaral, vinculado, por sua vez, ao famoso bispo da Beira Sebastião Soares de Resende.

A atribuição de simpatia – presente nas notas jornalísticas acima mencionadas – cria uma expectativa de reciprocidade iminente e, portanto, a possibilidade de construção de um vínculo moral: o objeto adulado deve responder com um gesto firme e inequívoco para devolver, assim, a confiança que lhe é depositada. Desta forma, as categorias de adulação criam um compromisso virtual para a “colaboração”. Dito de outra forma, a metalinguagem envolvida nessa dinâmica de potenciais afinidades poderia ser traduzida no seguinte imperativo: “você pode ser um dos nossos, mas precisa demonstrá-lo”. De fato, a partir dos primeiros acontecimentos independentistas contra Portugal na África, e em um momento no qual a China maóista – sobretudo em Angola<sup>21</sup> – começa a apoiar esses movimentos, os chineses de Moçambique tiveram que fazer um gesto inequívoco para evidenciar sua vocação de “bons portugueses”.

Naquele tempo particularmente tenso e conflituoso para Portugal, a comunidade chinesa da Beira não podia defraudar a confiança que, como bons cidadãos, neles havia sido depositada. Neste sentido, um acontecimento que provocou,

<sup>19</sup> MEDEIROS, Eduardo (s/d). Crenças e práticas religiosas entre os sino-moçambicanos da Beira (Moçambique), *paper* inédito.

<sup>20</sup> Medeiros (s/d) também ressalta a influência de algumas famílias católicas portuguesas junto aos seus vizinhos chineses, sobretudo na Paróquia de S. João Baptista de Matacuane, criada em 1º de setembro de 1963 e entregue à Companhia de Jesus, e a Paróquia do Imaculado Coração de Maria, no Alto da Manga, governada pelos padres Cambonianos. A Missão de S. Benedito da Manga, criada em Agosto de 1947 e entregue, poucos anos mais tarde, aos Padres Brancos que ali estiveram até a sua saída, em 1971, e governada depois pelos Jesuítas, era essencialmente orientada à comunidade negra, não possuindo por isso um impacto direto sobre os chineses. Já o colégio para meninas, sobretudo “mestiças”, dirigido pelas Franciscanas Missionárias de Cale, na Paróquia do Alto da Manga, foi bastante importante para a comunidade “sino-moçambicana”.

<sup>21</sup> Mário Pinto de Andrade, um dos fundadores do MPLA, confirma esse apoio em uma entrevista dada a Michel Laban: “[...] O nosso primeiro dinheiro não veio, portanto, de Moscovo, mas da China [...] Nunca se contou verdadeiramente esta história. Eu digo-o algumas vezes: disse-o no livro sobre Cabral, disse-o igualmente nos cursos em Moçambique, às jovens gerações. Mas, de uma maneira geral, foi ocultado oficialmente: por causa do conflito sino-soviético e pelo facto de a União Soviética ter tomado o primeiro lugar no quadro de ajuda directa” (Mário Pinto de Andrade. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997, p. 162-163).





por parte dos chineses da Beira, um gesto grandiloquente de apoio a Portugal foi quando, em 1961, desata-se a luta pela independência de Angola. A morte de alguns colonos civis naquele país – provocada pelos seguidores de Holden Roberto da UPA, e posterior fundador do FNLA – criara uma crescente perturbação em todo o Ultramar. A partir desses incidentes, em novembro de 1961, um contingente de dirigentes do Atlético chinês, bem como membros da Juventude Católica Chinesa da Beira decidem expressar publicamente sua solidariedade com a “família lusa” e doar em mãos do governador da Província de Manica e Sofala, o Comandante Lopes Praça, um cheque destinado às “vítimas do terrorismo” em Angola.

Na cerimônia de entrega do cheque – que foi noticiada na primeira página do jornal *Notícias da Beira* – participaram vários membros do Atlético Chinês, seu presidente Po Quin, bem como o presidente da Juventude Católica da Beira, Hon Quin Chee. Na ocasião, Chee, encarregado de pronunciar o discurso diante do governador, referiu-se a Moçambique como um “pedaço de terra portuguesa que também já é nossa”.<sup>22</sup> No final da nota, o jornal informa que, após a cerimônia e a entrega do cheque, “O Sr. Com. Lopes Praça, num brilhante improviso e muito sensibilizado, agradeceu a iniciativa dos jovens chineses a cuja comunidade fez um rasgado elogio”. Alguns meses antes, a primeira página do jornal *Notícias da Beira* publicara uma foto, na qual Po Quin, presidente do Atlético Chinês, entregava ao governador de Manica e Sofala um distintivo do Clube.<sup>23</sup> Tratava-se de um gesto de boas-vindas ao novo governador que acabava de assumir seu cargo.

A expressão pública de solidariedade para com Portugal, manifestada pela comunidade chinesa da Beira, constitui uma espécie de metáfora da construção colonial da simpatia à qual nos referíamos acima. Era claro que, no caso dos chineses de Moçambique, a atribuição de simpatia podia funcionar, também, como um mecanismo de criação, nesse próximo-distante, de um compromisso de reciprocidade, obrigando-o implicitamente a devolver, sob a forma de uma lealdade inquebrantável, a adulação e os elogios recebidos. Pois bem, aqui, de forma perigosamente sedutora, os gestos que veiculam o “reconhecimento” do Outro – e suas respectivas categorias de adulação – englobam outra metalinguagem: aquela que permite vislumbrar essa relação como uma espécie de *double bind*. Nem completamente portugueses, nem completamente chineses, quando os novos ventos políticos mudaram de direção, tanto na Metrópole, como no Ultramar, o único destino possível que restou para os “lusos-chineses” foi a *diáspora*. Com a independência de Moçambique e o movimento de 25 de abril em

<sup>22</sup> “A Juventude Chinesa contribuiu com o seu auxílio para as vítimas do terrorismo em Angola. Os dirigentes do Atlético Chinês entregaram um cheque ao Governador de Manica e Sofala” (*Notícias da Beira*, 25 de novembro de 1961, p. 1).

<sup>23</sup> AHM, *Notícias da Beira*, 04 de fevereiro de 1961.





Portugal, os outrora adutores destes “bons inquilinos” perdem espaço no novo cenário local e internacional. Sem mais poderem recorrer a um “pai” – ou a uma “mãe” – que os cobrisse de elogios, os chineses da Beira ficaram, por assim dizer, órfãos. Os “simpáticos” amigos se tornariam, da noite para o dia, ameaçadores inimigos.

#### DIÁSPORA E NARRATIVAS DE DECEPÇÃO

Entre o final da década de 60 e início dos anos 70, quando a guerra entre a FRELIMO e o exército português fazia-se cada vez mais intensa, os chineses da Beira – como “cidadãos” de Portugal – começam a ser convocados ao serviço militar para defenderem a bandeira portuguesa. Tempos depois, com a derrota do exército português, são iniciadas em Lusaka as negociações para a independência. Na qualidade de “proprietários” e enquanto suspeitos de cumplicidade com o regime, a comunidade chinesa passa a sentir, a partir de 1974 – ou seja, durante o governo de transição – uma hostilidade crescente. Com a independência, a desconfiança se incrementa: requisições noturnas imprevistas e armadas à procura de “mercadoria escondida”, imposição de trabalhos manuais em momentos arbitrariamente estabelecidos (“varrer a rua”, “fazer pousos” eram, conforme depoimentos de beirenses entrevistados em Curitiba, algumas das tarefas impostas), bem como a obrigação diária de participar nos comícios dos Grupos Dinamizadores.<sup>24</sup>

Em pouco tempo a FRELIMO se transforma num Partido/Estado, cujo discurso de construção da nova nação moçambicana passa, a partir do III Congresso de 1977, pela adesão ao “marxismo-leninismo”. A lei das nacionalizações já havia começado a vigorar. Mesmo não havendo uma “expulsão” deliberada da comunidade chinesa, as referidas mudanças políticas fazem com que os chineses passem, num pequeno intervalo de tempo, de “proprietários” simpáticos a “inquilinos” indesejados. O abandono do país – já iniciado entre 1973 e 1974 – intensifica-se logo após a independência. Em alguns casos, a saída foi planejada com certa antecedência, através do acionamento dos respectivos contatos e redes de relações externas. Macau e Taiwan foram alguns dos seus destinos iniciais; porém, a grande maioria se dirigiu ao Brasil, mais especificamente à cidade de Curitiba.<sup>25</sup> Outros se “dispersaram” entre Portugal, Austrália, Canadá e Estados Unidos.

<sup>24</sup> Os Grupos Dinamizadores eram instâncias de mobilização e “esclarecimento” (nas fábricas, nos bairros etc.), cuja função era a de intermediar as orientações do Partido (FRELIMO) e as estruturas locais de organização da sociedade.

<sup>25</sup> Atualmente, conforme estatísticas que necessitam ser aprimoradas, existem em Curitiba aproximadamente 100 famílias de “sino-moçambicanos”, o que totaliza cerca de 1.000 indivíduos. Em São Paulo, segundo depoimento dos próprios “sino-moçambicanos”, existem cerca de 50 famílias.







Com a independência de Moçambique, o tênue fio da simpatia – aquele que fazia dos chineses “bons portugueses” – é quebrado. As circunstâncias políticas mudam. No Portugal da Revolução dos Cravos, a figura dos *retornados*, incluindo a dos “sino-moçambicanos”, passa a se tornar incômoda. Em troca, o Brasil, governado naquela altura por Ernesto Geisel – e no contexto das políticas de recepção para os *retornados* da África portuguesa – permite-lhes o acesso aos vistos de estadia e autorizações de trabalho.

Será essa dispersão, que os chineses da Beira começam a experimentar a partir de 1975, uma espécie de profecia autorrealizada, alimentada pela sua perpétua condição de próximos/distantes? Nunca completamente portugueses, nunca completamente chineses, a possibilidade de um futuro moçambicano para estes outrora “simpáticos” acaba se transformando numa quimera, logo no início do processo da independência: “agora eu sou um africano, de origem chinesa, nacionalidade portuguesa, naturalizado brasileiro”, confessava um dos meus interlocutores em Curitiba, enquanto se lembrava da sua pacata vida na Beira dos anos 60.

Não é possível traçar um itinerário comum na experiência dessa dispersão. Os beirenses, cujas famílias possuíam uma rede de relações culturais e comerciais que se estendiam a lugares como Hong Kong, Taiwan ou Singapura, conseguiram construir estratégias de saída e preparar com maior planejamento material suas vidas fora de Moçambique. Já aqueles que, no momento da dispersão, não puderam contar com a ajuda de parentes distantes, tiveram alguma colaboração da parte de funcionários consulares, nos seus respectivos países de destino, sobretudo no Brasil onde, a partir do mencionado acordo com Portugal, os “retornados” das ex-colônias – incluídos os beirenses – tiveram alguma proteção diplomática. Tal como reconheceu um deles que hoje vive em Curitiba, “nós éramos refugiados de primeira categoria”. Portanto, aqueles que conseguiram sair em melhores condições puderam levar consigo alguns pertences pessoais, dentre eles suas fotografias de família.

Justamente, as imagens fotográficas que acompanhavam as notas jornalísticas sobre o Atlético Chinês, veiculadas no *Diário de Moçambique* e em *Notícias da Beira*, não são simples imagens de caráter público. Na verdade, elas surgem do próprio universo familiar “íntimo” dos chineses da Beira e, se bem circularam nas matérias às quais fizemos referência, são, como tais, parte de um acervo de memórias abrigado pela própria diáspora.

A fotografia – suas práticas e representações – ocupa um lugar central na constituição do *habitus* cultural e de classe dos chineses da Beira. Por volta de 1950, havia na cidade três estúdios fotográficos, cujos proprietários pertenciam a essa comunidade: Foto Estúdio, cujo dono era Eginwo Shung Chin (pai do







já evocado basquetebolista João Ping – ou John Ping – falecido em 1984); Foto Beira, cujo dono era Lee King Wing e, finalmente, Foto Central, que pertencia a Kom Loom que, atualmente, vive na Austrália. Nas instalações destes Estúdios foi retratada grande parte da vida social, esportiva e cultural dos chineses. Contudo, as fotografias guardadas por essas famílias espalhadas pelo mundo não são apenas fotografias de “Estúdio”. Com efeito, entre o final da década de 1940 e início dos anos 50, muitos deles – comerciantes bem-sucedidos – começaram a adquirir bens de consumo, como aparelhos de rádio, automóveis, toca-discos e máquinas fotográficas. Assim, aos poucos, as máquinas fotográficas foram saindo do *estúdio* e entrando na vida cotidiana. Era possível, agora, deslocar-se e registrar as imagens da comunidade em inúmeros momentos, como piqueniques, bailes da Escola Chinesa, encontros esportivos, passeios, saídas ao “mato” para caça ou pesca, cerimônias oficiais e assim por diante. Meu *encontro*, por assim dizer, com a “diáspora sino-moçambicana” foi, em grande medida, um encontro com imagens fotográficas.

Algum tempo depois das minhas entrevistas e conversas, realizadas entre 2005 e 2009 com os chineses beirenses de Curitiba, retornei a Moçambique, percorrendo o caminho inverso ao por eles realizado há mais de trinta anos. Atualmente, no edifício da antiga Escola Chinesa funciona a escola pública Agostinho Neto; já o velho prédio do Clube Chinês serve como sede regional do ARPAC (Arquivo do Patrimônio Cultural). Mas, para além da “experiência” de percorrer os espaços – acerca dos quais eu tanto ouvira falar em Curitiba – era necessário confirmar, através das fontes da época, um protagonismo que, nas narrativas da diáspora, parecia autoevidente. Nos jornais consultados no Arquivo Histórico de Moçambique encontrei várias imagens embaçadas, as mesmas que dentre tantas outras eu já havia conhecido em Curitiba, na sua forma clara, nítida e original. Se em Moçambique essas fotografias não passavam de história depositada nos arquivos, no Brasil elas formam parte de um universo de referências muito presente e possuem – parafraseando Arjun Appadurai (1986) – uma “vida social”. Essas imagens constituem, para a diáspora “beirense”, um lugar de memórias, ao qual é possível retornar indefinidamente. O fato de ao mesmo tempo pertencerem a um registro público – os jornais – e privado – os álbuns de família – torna-as testemunhas incontornáveis do protagonismo que estes “bons portugueses” possuíram na modernidade colonial da Beira dos anos 50 e 60. Uma modernidade que, diga-se de passagem, nunca se resignariam a abandonar.

Mesmo que alguns beirenses – sobretudo os mais velhos – tenham conseguido, após saírem de Moçambique, manter a “nacionalidade” portuguesa, muitos deles se depararam, no momento das renovações dos seus passaportes – nos consulados portugueses dos países onde se instalaram – com respostas negativas. Tal





negação, que consuma sua condição de “portugueses” agora não reconhecidos, tem produzido as mais variadas narrativas que circulam, no seio da comunidade de beirenses espalhados pelo mundo, como mitos de decepção, contados e recontados mil e uma vezes. Dentre estas narrativas, uma das mais conhecidas e ilustrativas se refere ao que aqui poderíamos denominar “o incidente do passaporte”. A causa que provocou tal incidente, ocorrido no consulado de Portugal em Curitiba, teria sido a negação, por parte das autoridades consulares, de conceder a renovação da nacionalidade portuguesa a um beirense da “diáspora”. A reação a esta rejeição teria sido imediata: ali mesmo, no balcão de atendimento, este “africano, de origem chinesa, nacionalidade portuguesa, naturalizado brasileiro” teria rasgado, uma a uma, as páginas do seu velho passaporte português, lançando-as na cara da funcionária consular. O outrora “simpático” chinês torna-se, agora, indesejável e agressivo.

O incômodo emocional desses chineses da Beira é reforçado diante do aparente paradoxo de que muitos deles defenderam, durante a guerra contra a FRELIMO, a bandeira portuguesa. Tal como desabafava um beirense, morando hoje em Curitiba:

Eu servi quarenta e cinco meses no exército. Tentei renovar meu passaporte português e fui recusado, pá'. Eles não me reconheceram como cidadão português. Foi uma das razões pela qual eu me naturalizei brasileiro. Não me reconheceram. Nasci em Moçambique, lutei em Moçambique, tive que jurar a bandeira portuguesa como fazem todos os portugueses antes de servir o exército. E, mesmo assim, não me reconheceram.

Os critérios objetivos – e políticos – dos agentes definidores do “nacional” mudam. Com esta mudança, a subjetividade daqueles atores, agora alvos de novas denominações identitárias, passa de um confuso sentimento de “afinidade” a uma clara decisão “eletiva”: “agora, eu me sinto mais brasileiro, por isso me naturalizei brasileiro”.

O mal-estar que se instalou entre os chineses beirenses que participaram da guerra passou de uma amarga resignação à veemente constatação de se sentirem, literalmente, usados na sua própria qualidade de “orientais”. O seguinte episódio constitui uma metáfora trágica, e ao mesmo tempo irônica, desta condição. Apesar da sua extensão, vale a pena transcrevê-la na sua totalidade:





Durante a guerra, eu estava destacado no setor de mobilização e recenseamento da Beira, onde se faziam o cadastramento e o recenseamento das pessoas que estavam na idade de serem convocadas para o exército. Em 1969, houve necessidade de fazer um recenseamento nas vilas indígenas afetadas pela guerra. Então, o maior, que era o chefe de secretaria, e o coronel, que era o comandante daquele destacamento, me convocaram para uma reunião. Eu era Sargento Segundo, mas me chamavam de Furriel. Me convocaram e disseram: – Furriel, você está sendo escalado para fazer um recenseamento a Marromeu, Tete, Vila Pery, Vila Manica e Moatize. Como você sabe, esses lugares estão infestados de terrorismo.

Aí, eu perguntei:

– Mas, por que eu?

Eles disseram:

– Você tem que ir e obedecer.

Então, o comandante chamou o maior, que era meu chefe, e chamou um motorista para me acompanhar na missão. O motorista também ficou aflito e perguntou:

– Vamos de quê?

– Vamos de “jeepão”, respondeu o chefe.

E pensamos (eu com o motorista): “Mas, de ‘jeepão’, sem cobertura?”. O Maior requisitou só três pistolas Walter pá’. Nós dissemos: “Três pistolas Walter pá’, nós somos apenas escriturários, amanuenses, não temos noção de guerra especial, não somos atiradores, não somos sapadores, não temos nenhuma especialidade”. Eles só requisitaram três armas pá’. Eu pensei: “era um local infestado de terroristas, estávamos no auge da guerra em 69”. Fiquei preocupado.

Então eu disse:

– Não, a gente tem que levar armas pesadas também, pá.

Então, fiz uma nova requisição e disse:

– Eu quero três armas FM – na altura a gente chamava assim – e vários pentes, munições e granadas.

E ele [o coronel] olhou para mim e disse:

– Tudo bem, vai lá.

Aceitou a requisição e lá fomos. Cada local em que a gente passava, o maior dizia:

– Está a ver aí? Na véspera teve uma emboscada.

Passamos por Marromeu, Tete, Moatize, Manica, em todos esses





lugares já tinha havido emboscadas. Mas conseguimos fazer o serviço. Passamos por todos os conselhos administrativos para apanhar a relação daqueles africanos que tinham cumprido 21 anos e estavam na obrigação de servir o exército. A missão foi um sucesso, não aconteceu nada. Quando chegamos a Beira, depois de finalizada a missão, sentei ao lado do major e do coronel, no escritório, olhei para eles e perguntei:

– Por que eu?

O coronel olhou para mim:

– Por que você?

Fez um longo silêncio e disse:

– Veja lá se você se lembra de algum chinês morto durante a guerra?

Eu disse:

– Não, que eu saiba, chineses mortos na guerra houve só por acidentes, não em combates – no percurso do navio Save morreu um chinês afogado e, também, em uma travessia pelo rio a Quelimane, também morreu um chinês no afundamento da balsa, só.

Na continuação, o coronel disse:

– Pois é, o senhor não sabe? Eu recebi ordens superiores e um comunicado confidencial no qual dizia que, para essa missão, recomendava-se, “de preferência, um oriental”.

Aí me dei conta de que eles queriam um chinês porque a China subsidiava a FRELIMO; assim pensaram que, enviando um chinês para essa missão – sem proteção e com o rosto à mostra – não aconteceria nada com ele. Quando ouvi a resposta do coronel fiquei estarelecido, olhei para ele com vontade de insultá-lo, mas, claro, não podia, já que estava na frente de um superior (Entrevista com K.V.Q., Curitiba, 26 de abril de 2008).

Com as mudanças do período pós-colonial, muda também o estatuto dos chineses beirenses. A independência de Moçambique e o fim da ditadura em Portugal trazem novos porta-vozes a um cenário já pleno de sentimentos de desconfiança e apreensão em relação aos outrora “bons portugueses”. Tais sentimentos obedecem, em parte, às novas circunstâncias nascidas da derrota militar e política de Portugal no Ultramar; ou seja, tratava-se de um momento no qual a própria substância que alimentava a ideia de nação encontrava-se em plena mudança e precisava, urgentemente, recompor-se a partir de novas bases identitárias e políticas. Portugal atravessava, portanto, o momento limiar no qual devia abandonar os desígnios de sua vocação Imperial e começava a enxergar os





desafios do seu iminente futuro europeu. Como portadores de uma cidadania ambígua, os chineses beirenses tiveram, também, que reinventar sua condição de (ex)portugueses nascidos em Moçambique. Entretanto, as memórias em torno do Atlético Chinês, bem como as fotografias de família que evocam seu passado esportivo constituem, para os “beirenses” da diáspora, uma fonte densa e significativa para a produção e a reprodução dessa reinvenção identitária.

## CONCLUSÃO

Algumas vezes, aos domingos, eu e Ching íamos de burra (era assim que chamávamos as nossas bicicletas) pelas margens do Chiveve, para ver os pescadores de mussopo e as vendedoras de marora. O pequeno chinês olhava o poente sobre as águas barrentas e seus olhos estreitos pareciam ver paisagens para além do oceano. Certo dia, ele me convidou para assistir a um desafio de basquetebol. Jogava o seu clube de peito, o Atlético Chinês. “Meu pai não me deixa dizer o nome do Clube em português”, confessou. “E que outro nome tem o Clube?”. “É o Tung Hua Athletic Club”. (Mia Couto, *A China dentro de nós, Pensageiro frequente*, 2010, p. 40)

Entre o final de 1940 e o início de 1950, devido talvez às exigências administrativas pautadas num assimilacionismo crescente, o Thung Hua Athletic Club passa a ser denominado Clube Atlético Chinês. Este deslocamento metonímico não constitui um detalhe menor. Tal como ilustra a epígrafe acima – em que o escritor moçambicano Mia Couto se recorda das suas andanças de infância na Beira junto ao seu amigo chinês – o “mundo português” e a China eram dois universos entre os quais a comunidade chinesa e seus descendentes se debatiam. Quando o convite para assumir o papel de “bons portugueses” foi, por assim dizer, apresentado de uma forma mais explícita, os chineses da Beira não encontraram inconvenientes em aceitá-lo. Contudo, as circunstâncias sociopolíticas posteriores fizeram com que não pudessem assumir, até as últimas consequências, uma portuguesidade que agora lhes era negada com a mesma ênfase com a que antes lhes havia sido oferecida. Em troca, tiveram que se adaptar, como diria Aihwa Ong (1999), a uma “cidadania flexível”.

“Aquele terra é dos gajos”, dizia-me, ao se referir a Moçambique, um chinês beirense que atualmente vive em Lisboa. Percebi que esta frase pronunciada com um tom de franqueza e confissão abrigava uma densidade de significados



concernentes aos problemas aqui tratados. Talvez não seja óbvio sublinhar que, na boca do meu interlocutor, a categoria “gajos” deve ser entendida como “africanos autóctones”. Contudo, para além da lúcida e tranquilizadora aceitação das circunstâncias, a frase parecia estar englobando outra mensagem, desta vez um tanto mais melancólica. Algo como uma espécie de fantasia do que não foi, mas que poderia ter sido se “os nossos antepassados não tivessem saído da China”. Ora, este retorno imaginário – e quase inconsciente – a um primordialismo perdido oferece, paradoxalmente, as chaves para entendermos a própria dispersão dos beirenses. Uma dispersão que, vale lembrar, reconhece dois momentos – e movimentos – chaves: a saída de Guangdong para Moçambique e a saída de Moçambique para o mundo (sobretudo o Brasil). É precisamente nesse segundo momento que o círculo de uma perturbadora profecia autorrealizada consegue se fechar. Se, no primeiro movimento – com a chegada a Moçambique – aquela marca de “expatriados” parecia se apagar à medida que ingressavam no seio da família lusa, agora – no segundo movimento – essa marca se torna, na “pele” dos chineses beirenses, mais indelével do que nunca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário Pinto de. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

APPADURAI, Arjun (org.). *The social life of things. Commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

\_\_\_\_\_. *China Tropical, e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. Brasília: Editora UnB, 2003.

GEFFRAY, Christian. *Le lusotropicalisme comme discours de l'amour dans la servitude. Lusotopie. Enjeux contemporains dans les espaces lusophones*, Paris: Khartala, 1997.

MEDEIROS, Eduardo Crenças e práticas religiosas entre os sino-moçambicanos da Beira (Moçambique), *paper inédito*, s/d.

\_\_\_\_\_. O Clube Chinês da Beira (Moçambique). *Macau*, II (73), 1998.

ONG, Aihwa. *Flexible Citizenship. The Cultural Logics of Transnationality*. Durham & London: Duke University Press, 1999.

CHIN, Shung Discurso do Sr. Shung Chin, presidente da Comunidade Chinesa de Sofala e Manica, no Clube Chee Kung Tong, da Beira. In: FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguêsas*. Op. Cit., p. 335-337, 1953.

YAP, Melanie & LEONG MAN, Dianne. *Color, Confusion and Concessions. The History of the Chinese in South Africa*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1996.



